

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – O DIREITO PREVIDENCIÁRIO	1
1.1 Conceito e objeto de estudo	1
1.2 Autonomia científica	4
1.3 Classificação.....	5
1.4 O Direito Previdenciário e outros ramos do Direito.....	7
1.5 Fontes do Direito Previdenciário	9
1.6 Interpretação, aplicação, integração e eficácia das normas.....	14
1.7 Direito intertemporal. Direito adquirido e expectativa de direito.	20
CAPÍTULO 2 – A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL	25
2.1 Histórico e evolução legislativa	26
2.2 A seguridade social no Brasil: saúde, assistência e previdência social.....	34
2.3 Direitos Sociais. Natureza.....	47
2.4 Princípios da Seguridade Social	48
2.5 A organização da Seguridade Social.....	63
CAPÍTULO 3 – REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	77
3.1 Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	77
3.2 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).....	78
3.3 Regime previdenciário complementar	79
3.4 Regime dos militares das Forças Armadas.....	83
CAPÍTULO 4 – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	87
4.1 Relação jurídica de Previdência Social.....	89
4.2 Filiação e inscrição	90
4.3 Segurados obrigatórios.....	95
4.3.1 Empregado	97

4.3.2	Empregado doméstico.....	101
4.3.3	Contribuinte individual	102
4.3.4	Trabalhador avulso	104
4.3.5	Segurado especial.....	106
4.4	Segurados facultativos.....	113
4.5	Dependentes	115
4.5.1	A filiação e a dependência.....	119
4.5.2	Inscrição dos segurados e dependentes.....	125
4.6	Prestações previdenciárias: espécies, concessão, suspensão, cancelamento, restabelecimento, acumulação	129
4.6.1	Suspensão do benefício.....	132
4.6.2	Cancelamento de benefícios	134
4.6.3	Acumulação de benefícios.....	139
4.7	Manutenção e perda da qualidade de segurado. Período de graça	142
4.8	Períodos de carência	146
CAPÍTULO 5 – FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		159
5.1	Fontes de custeio	159
5.2	Contribuições sociais. Natureza e espécies.....	162
5.3	Contribuintes da Seguridade Social.....	164
5.3.1	Contribuição do segurado empregado e trabalhador avulso...	166
5.3.2	Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo.....	167
5.3.3	Microempreendedor Individual (MEI).....	171
5.3.4	Contribuições das empresas.....	172
5.3.5	Contribuição sobre a folha de pagamento.....	172
5.3.6	Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho e custeio de aposentadorias especiais.....	174
5.3.7	Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial.....	177
5.3.8	Contribuições incidentes sobre a receita e o faturamento ..	178
5.3.9	PIS/Pasep.....	182
5.3.10	Cofins-Importação e PIS/Pasep-Importação.....	183
5.3.11	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	185

5.3.12	Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o Simples Nacional	186
5.3.13	Regime de desoneração da “folha de pagamento”	194
5.3.14	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	194
5.3.15	Aferição indireta das contribuições.....	196
5.3.16	Contribuição dos clubes de futebol profissional.....	197
5.3.17	Contribuição do empregador doméstico.....	199
5.3.18	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	201
5.3.19	Contribuição do empregador rural pessoa jurídica	203
5.3.20	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos....	204
5.3.21	Contribuições destinadas a terceiros.....	205
5.4	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.....	207
5.5	Imunidade/Isenção das contribuições.....	210
5.6	Decadência e Prescrição das Contribuições da Seguridade Social ...	214
CAPÍTULO 6 – CÁLCULO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DO RGPS.....		221
6.1	Salário de contribuição	221
6.2	Salário de benefício e período básico de cálculo	225
6.3	Fator previdenciário	230
6.3.1	Fórmula de cálculo do fator previdenciário	231
6.3.2	Exclusão do fator previdenciário com base na fórmula 95/85 progressiva	232
6.4	Renda mensal inicial	233
6.5	Reajustamento e revisão do valor dos benefícios	236
CAPÍTULO 7 – TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS.....		239
7.1	Prova do tempo de contribuição.....	246
7.2	Reconhecimento do tempo de filiação	248
7.3	Atividade rural e o regime de economia familiar	250
7.4	Reconhecimento do Tempo de Contribuição decorrente de Ação Trabalhista.....	255

7.5	Contagem recíproca do tempo de contribuição	256
7.6	Justificação administrativa	259
CAPÍTULO 8 – ACIDENTES DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS		261
8.1	Conceito de acidente do trabalho	261
8.2	Doenças ocupacionais	266
8.3	Nexo causal e concausalidade	268
8.3.1	A presunção de nexos causal em doenças ocupacionais	270
8.4	Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente	273
8.5	A Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT)	275
8.6	Ação regressiva previdenciária	277
8.7	Estabilidade do empregado acidentado	279
CAPÍTULO 9 – APOSENTADORIAS PROGRAMADAS		281
9.1	Aposentadoria programada	282
9.1.1	Beneficiários e DIB da aposentadoria programada urbana	283
9.1.2	Renda mensal inicial	284
9.2	Aposentadoria por idade	284
9.2.1	Aposentadoria por idade do trabalhador rural	287
9.2.2	Aposentadoria por idade “híbrida” da Lei nº 11.718/2008	290
9.2.3	Período de carência	292
9.2.4	Data de início do benefício	292
9.2.5	Renda mensal inicial	292
9.3	Aposentadoria por tempo de contribuição	296
9.3.1	Beneficiários	299
9.3.2	Período de carência	300
9.3.3	Data de início do benefício	301
9.3.4	Renda mensal inicial	301
9.3.5	Novas regras de cálculo	302
9.4	EC nº 103/2019 – Regras de transição em relação à aposentadoria por tempo de contribuição e por idade	304
9.5	Aposentadoria programada do professor	311

9.5.1	EC nº 103/2019 – Regras de transição da aposentadoria dos professores	314
9.6	Aposentadoria especial.....	317
9.6.1	Caracterização do tempo de atividade especial	318
9.6.2	Beneficiários.....	322
9.6.3	Comprovação do exercício de atividade especial	323
9.6.3.1	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)	325
9.6.4	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).....	326
9.6.5	Período de carência.....	327
9.6.6	Data de início do benefício	328
9.6.7	Renda mensal inicial.....	329
9.6.8	Conversão do tempo especial.....	329
9.7	A EC nº 103/2019 e as regras de transição para a aposentadoria especial	331
9.8	Aposentadoria aos segurados com deficiência.....	337
9.8.1	Beneficiários.....	341
9.8.2	Período de carência.....	342
9.8.3	Renda mensal inicial.....	342
9.8.4	Data de início do benefício	343
9.9	Aposentadoria dos segurados de baixa renda.....	346
9.10	Direito à desaposentação.....	347
CAPÍTULO 10 – BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE.....		349
10.1	Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	349
10.1.1	Perícia médica	352
10.1.2	Período de carência.....	354
10.1.3	Data de início do benefício	354
10.1.3.1	Data de início do benefício concedido judicialmente.....	355
10.1.4	Renda mensal inicial.....	356
10.1.5	Processo de reabilitação.....	357
10.1.6	Situação trabalhista.....	358
10.1.7	Cessação do benefício.....	360

10.2	Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez)	364
10.2.1	Período de carência	367
10.2.2	Data de início do benefício	369
10.2.3	Renda mensal inicial	370
10.2.4	Recuperação da capacidade de trabalho	372
10.3	Auxílio-acidente	377
10.3.1	Beneficiários	377
10.3.2	Período de carência	380
10.3.3	Data de início do benefício	380
10.3.4	Renda mensal inicial	380
10.3.5	Suspensão e cessação do benefício	382

CAPÍTULO 11 – BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA E À MATERNIDADE

11.1	Pensão por morte	391
11.1.1	Requisitos para a concessão do benefício	392
11.1.2	Morte presumida	393
11.1.3	Direito à pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência	394
11.1.4	Habilitação de beneficiários	396
11.1.5	Pensão ao dependente viúvo do sexo masculino	399
11.1.6	Existência simultânea de dependentes na condição de cônjuges, ex-cônjuges e companheiros	400
11.1.7	Comprovação da união estável e homoafetiva	401
11.1.8	A Lei nº 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício ...	402
11.1.9	Direito à pensão do menor sob guarda	403
11.1.10	Direito à pensão do filho ou irmão inválido	405
11.1.11	Dependente universitário – Pensionamento até os 24 anos	406
11.1.12	Pensão em favor dos pais	406
11.1.13	A revogação do inciso IV do art. 16 e a existência de pessoa designada	407
11.1.14	Período de carência	407
11.1.15	Data de início do benefício	408
11.1.16	Renda mensal inicial	409

11.1.17	Cessação	411
11.1.18	Perda do direito à pensão por morte	414
11.2	Auxílio-reclusão	421
11.2.1	Período de carência.....	424
11.2.2	Data de início do benefício	424
11.2.3	Beneficiários.....	425
11.2.4	Renda mensal inicial.....	425
11.2.5	Cessação e suspensão do benefício.....	426
11.3	Salário-maternidade.....	429
11.3.1	Período de carência.....	433
11.3.2	Duração do salário-maternidade	434
11.3.3	Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias	436
11.3.4	Renda mensal inicial.....	436
11.3.5	Cessação do benefício.....	438
11.3.6	Extensão do salário-maternidade em caso de adoção.....	438
11.4	Salário-família.....	441
11.4.1	Período de carência.....	444
11.4.2	Data de início do benefício	444
11.4.3	Renda mensal inicial.....	444
11.4.4	Perda do direito	445
CAPÍTULO 12 – SERVIÇOS DO RGPS.....		449
12.1	Serviço Social	449
12.2	Habilitação e reabilitação profissional	450
CAPÍTULO 13 – BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – LOAS.....		453
13.1	Requisitos legais para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	454
13.2	Deficiência para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	455
13.3	Requisito econômico para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	456
13.4	Beneficiários.....	458
13.5	Data de início do benefício.....	459

13.6	Cessação do benefício	460
13.7	Acumulação com outros benefícios	461
13.8	Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso	465
13.9	Auxílio-inclusão aos portadores de deficiência.....	466
CAPÍTULO 14 – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO.....		469
14.1	Princípios regentes.....	471
14.2	Fases do processo administrativo.....	473
14.2.1	Fase inicial ou de instauração do processo administrativo previdenciário	474
14.2.2	Instrução	481
14.2.3	Fase decisória.....	491
14.2.4	Fase recursal	494
14.2.5	Fase de cumprimento da decisão	504
CAPÍTULO 15 – PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO.....		505
15.1	Ações previdenciárias: competência.....	506
15.1.1	Prestações comuns previdenciárias.....	506
15.1.2	Competência federal delegada.....	507
15.1.3	Ações acidentárias	509
15.1.4	Causas referentes a benefício assistencial.....	510
15.1.5	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar	510
15.2	Prévio requerimento na via administrativa	511
15.3	Gratuidade da Justiça e assistência judiciária	513
15.4	Prioridade na tramitação dos feitos.....	514
15.5	Pagamentos devidos pelo INSS	515
15.5.1	Requisição de Pequeno Valor (RPV)	516
15.5.2	Pagamento por precatório.....	517
15.5.3	Preferência no pagamento de requisições (RPV ou precatório).....	519
15.6	Juizados Especiais Federais (JEFs)	520
15.6.1	Competência dos JEFs	521
15.6.2	Legitimidade	522
15.6.3	Sentença líquida	522

15.6.4	Recursos previstos no Sistema dos Juizados Especiais Federais.....	523
15.6.5	Cumprimento da sentença nos JEFs.....	532
15.6.6	Custas e honorários advocatícios.....	532
15.7	Prescrição e decadência em matéria de benefícios	533
15.7.1	Prescrição de prestações vencidas	534
15.7.2	Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....	537
15.7.3	Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	538
15.7.4	Conclusões sobre os institutos da Prescrição e da Decadência.....	540
CAPÍTULO 16 – REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ...		541
16.1	Introdução.....	542
16.2	Aspectos gerais dos regimes próprios	545
16.3	Previdência complementar dos servidores públicos.....	547
16.4	Custeio dos regimes próprios	550
16.5	Regras de aposentadoria dos regimes próprios	557
16.6	Os critérios de cálculo de aposentadorias	559
16.6.1	Cálculo dos proventos no RPPS da União (art. 26 da EC nº 103, de 2019)	561
16.6.2	Aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez).	563
16.6.3	Aposentadoria compulsória	566
16.6.4	Aposentadoria voluntária e suas espécies para os RPPS (exceto a União).....	569
16.6.6	Aposentadoria por tempo de contribuição nos RPPS (exceto da União)	573
16.6.7	Regras de transição para a aposentadoria voluntária nos RPPS (exceto a União).....	575
16.6.7.1	Servidores que ingressaram até a promulgação da Emenda nº 20.....	576
16.6.7.2	Aposentadorias deferidas entre 01.01.2004 e 05.07.2005.....	579
16.6.7.3	Servidores que ingressaram entre a promulgação da Emenda nº 20 e a promulgação da Emenda nº 41	580
16.7	A aposentadoria no regime próprio da União.....	587

16.7.1	A aposentadoria voluntária no RPPS da União – regra geral.....	588
16.7.2	Cálculo dos proventos de aposentadoria com base nas regras transitórias da Emenda nº 103, de 2019.....	589
16.7.3	Reajustamento dos benefícios do RPPS da União	591
16.7.4	Regra geral transitória de aposentadoria voluntária no RPPS da União.....	592
16.7.5	Regra transitória – Aposentadoria voluntária dos professores federais.....	593
16.7.6	Aposentadoria dos policiais, agentes penitenciários e socioeducativos do âmbito federal	593
16.7.7	Regra transitória – Aposentadoria especial (exposição a agentes nocivos) no âmbito da União	595
16.7.8	Aposentadoria do servidor portador de deficiência no RPPS da União.....	596
16.7.9	As novas regras de transição para os servidores federais.	597
16.7.10	Regra de transição – Servidores federais em geral	598
16.7.11	Regras de transição para professores de instituições federais.....	600
16.7.12	Regra de transição para aposentadoria de servidores federais expostos a agentes nocivos	601
16.7.13	Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos	602
16.7.14	Abono de permanência no RPPS da União	604
16.8	Pensão por morte nos regimes próprios.....	604
16.8.1	Cálculo e reajustamento da pensão.....	605
16.9	Limites dos proventos e Acumulação da pensão com outros benefícios.....	613
CAPÍTULO 17 – DOS CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL.....		619
17.1	O Regime da Lei nº 9.983/2000	619
17.2	Apropriação indébita previdenciária.....	620
17.2.1	Constitucionalidade.....	622
17.2.2	Tipo objetivo.....	622
17.2.3	Tipo subjetivo.....	623
17.2.4	Consumação e tentativa.....	623

17.2.5	Sujeito ativo	624
17.2.6	Sujeito passivo	625
17.2.7	Crime continuado.....	626
17.2.8	Ação penal	626
17.2.9	Extinção da punibilidade.....	627
17.2.10	Perdão judicial.....	630
17.2.11	Dificuldades financeiras.....	631
17.2.12	Princípio da insignificância.....	633
17.2.13	Prisão por dívida	634
17.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	635
17.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações..	635
17.5	Sonegação de contribuição previdenciária.....	636
17.6	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas.....	638
17.7	Falsidade documental.....	639
17.8	Falsificação de documento público	639
17.9	Violação de sigilo funcional.....	640
17.10	Equiparação a funcionário público	640
17.11	Estelionato previdenciário	640
BIBLIOGRAFIA		643
ANEXOS		
1.	Súmulas e enunciados de interesse em matéria previdenciária	651
2.	Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários	685